



Minuta da Acta nº 08/2011

	Presentes	Faltas	
		Justif.	N Justif.
Presidência CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS	P		
Vereadores MARIA TERESA PERES D. RODRIGUES GAGO	P		
MARIANA RIBEIRO DOS S.R.F. COSTA CABRAL	P		
ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES	P		
MIGUEL PINTO LUZ	P		
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO	P		
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA	P		
ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA	P		
MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO	P		
JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO	P		
NUNO FRANCISCO PITEIRA LOPES	P		

Observações: _____

Hora de Abertura: 9 horas e 36 minutos

1. Actas de reuniões Anteriores:

- Apresentação: - *Acta nº 7/2011, de 21 Março.*
- Aprovação: - *Acta nº 6/2011, de 9 Março que foi aprovada por unanimidade.*

2. Balancete

Resumo Diário da Tesouraria nº 63 de 01 | 04 | 2011

Operações Orçamentais	€ 2.445.526,59
Operações Não Orçamentais	€ 1.858.799,30

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Início 9:36

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES MENDONÇA iniciou a sua intervenção, começando por fazer uma correcção à sua intervenção na última reunião de Câmara onde referiu, a propósito da suspensão dos apoios sociais concedidos aos trabalhadores municipais, que à excepção de Cascais, todas as outras câmaras limítrofes continuavam a conceder esses apoios. Ora sucede que a Câmara Municipal de Sintra também tem esses apoios suspensos e nesse sentido rectificava a sua afirmação anterior. Outra situação que gostaria de focar tem a ver com as rendas sociais e que neste período de crise é bastante importante. Admite que haja situações em que é difícil chegar-se a uma situação de equilíbrio, mas há situações em que a injustiça é flagrante e que por isso mesmo deveriam ser alvo de uma análise cuidada. Por exemplo conhece um caso em que as pessoas têm um rendimento que ronda os € 300,00 e têm a neta a viver com eles, que trabalha e que comparticipa nas despesas com € 100,00, e depois esse dinheiro acaba por contar para o rendimento, o que faz agravar o valor da renda, quando muitas vezes os netos estão com os avós mais para os acompanhar para eles não ficarem sozinhos. Esta problemática não afecta só Cascais e por isso mesmo há várias câmaras que estão a repensar toda esta situação, como é o caso de Lisboa e aqui em Cascais também se deveria pensar numa forma de ultrapassar este problema. Outra das questões que gostaria de abordar tem a ver com a questão do estacionamento automóvel no Hospital de Cascais. Bem sabe que não é uma situação que esteja nas mãos da Câmara resolver, mas as pessoas queixam-se muito do valor do tarifário do estacionamento, tanto mais que muitas vezes as pessoas acabam por ficar no hospital uma série de horas e depois acabam por pagar um valor muito elevado de taxa de estacionamento. Já não basta o facto de as pessoas terem de se deslocar em viatura própria porque os transportes públicos para ali não são suficientes, como ainda por cima depois são confrontadas com mais uma despesa elevada de estacionamento. Nesse sentido, recomendava que a Câmara de alguma forma pressionasse a administração hospitalar para resolver esta situação. Outra questão tem a ver com as obras que se estão a realizar no centro de Cascais e que têm sido alvo de algumas queixas por parte dos munícipes. Admite que muitas dessas queixas tenham origem no facto de as pessoas não terem uma informação do que é que se está a fazer e não têm informação sobre alternativas de percursos e pensa que se deveria verificar essa situação. Naturalmente que não estão em causa as obras, que são necessárias e são muito importantes não só para o saneamento

básico, mas também para minorar os riscos de cheias em caso de pluviosidade intensa. Mas seria também importante esclarecer as pessoas do seu objectivo e quais são as alternativas, para minorar os seus incómodos. Outra situação que gostaria de abordar ter a ver com uma notícia que saiu em que falava que se está a pensar na criação de um pólo administrativo para instalação dos serviços municipais, matéria que terá sido abordada numa reunião que envolveu diversas entidades e gostaria de ter uma informação sobre essa matéria. Teve conhecimento que se terão demitido quatro elementos da direcção do CCD do Pessoal do Município por alegada falta de confiança nalguns dos outros elementos que fazem parte da direcção. É uma situação que preocupa a CDU até porque isso depois pode ter reflexos no funcionamento da Casa da Criança e no Jardim-Escola que são equipamentos muito importantes no apoio social aos trabalhadores. Para além disso era importante que a Câmara de algum modo acompanhasse a aplicação dos subsídios que regularmente atribui ao clube. Por exemplo ainda há poucas reuniões atrás a Câmara atribuiu um subsídio de 228 mil Euro e é importante que esses subsídios sejam efectivamente aplicados nos fins para os quais foram atribuídos. A direcção foi eleita em finais de Janeiro e só se reuniu pela primeira vez em 31 de Março e foram os elementos que agora se demitiram que pediram para exactamente haver essa reunião. Até à data não foram apresentadas as contas, parece que têm sido feitos contactos com vereadores para a concretização de determinados programas, mas são matérias que não passaram pelas reuniões de direcção. Enfim, há um conjunto de notícias preocupantes e gostaria de saber se a Câmara está a par da situação.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES disse que gostaria de falar sobre duas notas positivas: realizou-se no Sábado, no Auditório da Boa Nova em S. João do Estoril, uma Gala, organizada pelos Rotários Portugueses. Trata-se de um evento anual, em que se distinguem em várias áreas personalidades que, pelo seu mérito e pelo seu trabalho, merecem distinção. Refere isto porque a cerimónia teve lugar no nosso Concelho, no Auditório da Boa Nova, e estiveram presentes rotários de todo o país, o que permite divulgar o nosso concelho e as obras que aqui são feitas. Este ano foram distinguidos o Dr. António Barreto, com o prémio Rotary da Paz; a jornalista Ana Lourenço da SIC que foi distinguida com o prémio Rotary da Comunicação Social; o Presidente da Cáritas Portuguesa, Eugénio da Fonseca, que foi distinguido com o prémio da Solidariedade Social; o Dr. Pinto Balsemão recebeu o prémio Empresário; o Prof. José Tribollet recebeu o prémio Carreira Profissional; o Prof. Rodrigo Martins foi distinguido com o prémio Ciência e Tecnologia e a pintora Paula Rego o prémio Arte. A segunda nota positiva que gostaria de deixar expressa tem a ver com a atribuição ao arqt. Souto Moura do Prémio Pritzker de Arquitectura, o equivalente aos Prémios

Nobel. Trata-se de um arquitecto ligado a Cascais por uma das obras de referência que é a Casa das Histórias Paula Rego e refere também este aspecto porque infelizmente em Cascais há outras obras que não merecem estes destaques. Souto Moura é de facto uma referência na área da arquitectura, é o segundo português a receber este prémio e para além da Casa das Histórias Paula Rego, tem também outras obras muito importantes, como é o caso do Estádio AXA em Braga, o Pavilhão de Portugal na Expo de Hannover, a intervenção na faixa marginal de Matosinhos-Sul, o Mercado de Braga, enfim, muitas obras por este país e por esse mundo fora. Portanto são duas referências muito positivas, num momento em que as pessoas se preocupam muito com as coisas menos positivas e estas notícias podem ajudar a levantar um pouco o ânimo dos portugueses.

O SR. VEREADOR JOÃO SANDE E CASTRO interveio regozijando-se pela atribuição a Cascais da primeira regata do World Series América's Cup, em Vela. Trata-se de um evento de grande relevância para o turismo e para a afirmação de Cascais como destino de vela de primeiro nível mundial. É a competição desportiva mais antiga do mundo e é a competição mais mediática na área da vela, o que certamente permitirá projectar Cascais em todos os canais televisivos pelo mundo fora o que terá reflexos muito positivos para o turismo e para a economia de Cascais.

O SR. VEREADOR ALEXANDRE FARIA referiu-se à visita, na passada Terça-Feira, do Príncipe de Gales a Cascais e merece realce, sobretudo, porque o Príncipe Carlos apenas visitou quatro municípios do nosso país e nesses quatro Cascais estava contemplado, o que é sem dúvida um factor de importância para Cascais e de reconhecimento. Para além disso, foi possível que o Príncipe pudesse presenciar o extraordinário projecto que está a decorrer relativo à vela adaptada, algo que a todos deve sensibilizar e que merece o devido destaque. A segunda situação que gostaria de referir, está relacionada com uma situação ocorrida na passada Quarta-feira no Campo António Coimbra da Mota, no Estoril, com a queda de uma parte da bancada. Felizmente que não houve vítimas a lamentar e há em tudo isto um facto positivo que gostaria de salientar que foi a rápida intervenção e a disponibilidade imediata quer do Sr. Vereador João Sande e Castro, quer do Sr. Vereador Pedro Lopes Mendonça na resolução desta situação que, com Serviços do Desporto e da Protecção Civil, em coordenação com o Departamento de Obras Municipais, permitiu impedir que algo de grave acontecesse. Por outro lado, no dia imediatamente a seguir, o Estoril-Praia tinha um jogo televisionado, onde ia defrontar o primeiro classificado da Liga Orangina, e se não tivesse existido esta intervenção e se também não se tivesse, de algum modo, preparado ali alguma obra de pequena cosmética, certamente que as televisões não deixariam de mostrar o lado negativo, não realçando o grande esforço que foi feito,

quer pelos técnicos municipais, quer pelos Senhores Vereadores e por isso não pode deixar de mencionar esse facto e de lhes transmitir a sua satisfação por isso.

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ informou que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, numa atitude que tem sido recorrente nos últimos anos de extravasar as suas competências, para além de licenciar publicidade sem o poder fazer -que é um problema que esta Câmara tem vindo a tentar resolver nos últimos tempos- anunciou recentemente o alargamento do funcionamento do Mercado de S. Domingos de Rana para a Terça-Feira e divulgou essa situação sem ter informado previamente a Câmara e é esta que tem de autorizar o mapa de feiras do Concelho. Colocou publicidade no site oficial da Junta de Freguesia, fez publicidade em panfletos e que distribuiu por toda a freguesia, o que é mais uma atitude que extravasa as competências da Junta de Freguesia. Nesse sentido informou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia que tinha de passar por toda a tramitação normal de licenciamento das feiras. Posteriormente a isso o seu Pelouro fez uma reunião com a Associação de Feirantes da Área Metropolitana de Lisboa que se mostra contra este alargamento de funcionamento daquela feira para a Terça-Feira. Portanto fazer uma alteração destas, não consultando a Associação de Feirantes, que é a estrutura representativa do sector e que representa cerca de 50% dos feirantes, e com percentagem ainda superior no Concelho de Cascais, para além de extravasar as competências que a lei atribuir à Junta de Freguesia, julga ser uma atitude que revela muito pouco bom senso na gestão da coisa pública.

A SR.^a VEREADORA MARIANA RIBEIRO FERREIRA em resposta ao Sr. Vereador Pedro Lopes Mendonça, lembrou que a habitação social, à semelhança de outros apoios sociais, tem sempre uma participação da pessoa que usufrui desse apoio e que não pode ser ignorada e quando se fala de habitação social, tratamos de igual modo as respostas sociais de creche, lar, centro de dia e o próprio abono de família que são calculados em função do rendimento declarado do agregado familiar em sede de IRS e o Sr. Vereador, ao fim e ao cabo, o que sugeriu foi que a Câmara ignorasse esse rendimento declarado e que se olhasse só para o rendimento que efectivamente entra para contribuir para o pagamento daquela renda. Mas não se pode ter um olhar diferenciado para as várias respostas sociais, importa ter o mesmo olhar, o mesmo rigor e a mesma equidade e não se pode deixar que haja algum aproveitamento dos idosos e esse facto que o Sr. Vereador referiu são idosos que muitas vezes ficam com os seus netos já maiores e independentes que pedem autorização para residir também naquele fogo municipal, usufruindo também desse apoio social e se efectivamente precisam desse apoio social, ou se vão estar a dar algum conforto e apoio aos idosos, a Câmara tem contar com o seu rendimento e não pode ignorar que essas pessoas

são autónomas, que são independentes e que devem e podem contribuir para aquela renda. De qualquer forma, conviria ter presente que não há regulamento municipal algum que possa alterar uma lei e o cálculo da renda é feito através de uma legislação que tem uma fórmula e o município deve aplicar essa fórmula com rigor e calcular a renda que cabe a cada munícipe. Seja como for, em Cascais há uma diferenciação positiva para os idosos e para os mais carentes, não se pode fugir ao cálculo daquele valor, mas há um critério de ponderação diferenciado porque se deduz todos os gastos com medicamentos dos idosos e dos doentes crónicos, porque são gastos permanentes e a Câmara deduz esses gastos com medicamentos ao seu rendimento bruto declarado. Ou seja, há um olhar diferenciado, mas há um olhar também muito rigoroso para todos aqueles que podem trabalhar ou trabalham e que têm um rendimento declarado em sede de IRS.

A SR.^a VEREADORA CONCEIÇÃO CORDEIRO sobre a questão colocada acerca do CCD do Pessoal do Município, esclareceu que teve uma reunião no passado dia 29 com elementos da direcção do clube e a pedido deles e que já estava agendada há algum tempo atrás e que eles pediram para adiar na medida em que estavam preocupados e muito ocupados em fazer um conjunto de verificações relativamente a questões de gestão da direcção anterior do CCD. Nessa reunião fez-se um ponto de situação e foram transmitidas algumas informações de situações verificadas pela actual direcção e que considera de alguma gravidade, e inclusivamente nessa reunião foi-lhe transmitida uma determinação da direcção do CCD em proceder a uma auditoria que de facto clarifique um conjunto de situações que não estavam suficientemente sólidas para uma informação consistente à Câmara Municipal e que inclusivamente lhes pediu, na medida em que estariam em causa financiamentos que a Câmara concedeu ao CCD para determinados fins e que portanto gostaria de saber se haviam sido correctamente aplicados nesses fins. Depois, crê que no dia seguinte, recebeu uma carta datada desse dia da reunião em que alguns elementos da direcção comunicavam que se haviam demitido invocando as razões que o Sr. Vereador Pedro Mendonça aflorou. Teve o cuidado de escrever à direcção do CCD estranhando esse facto, mas sobretudo pedindo-lhes que não deixassem de remeter à Câmara as informações que na reunião tinham sido referidas e que poderiam ser relevantes para uma verificação da situação de auditoria, não deixando de pessoalmente depois procurar falar com o Sr. Vereador Nuno Piteira Lopes no sentido de aferir se no caso da direcção do CCD se demitir e não levar por diante a auditoria que estava prevista e que tinha sido focada na reunião, não dever a Câmara aprovar uma proposta de auditoria àquilo que é financiamento da Câmara ao CCD. Neste momento aguarda que de facto a direcção do CCD possa transmitir alguma informação mais consistente.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES MENDONÇA disse que relativamente às rendas sociais, todos os partidos na Assembleia da República reconheceram que a lei é injusta e de tal maneira é injusta que não houve consenso para a rever e por isso é que houve iniciativas de diferentes câmaras relativamente à aplicação da lei e recentemente, quer o CDS, quer o Bloco de Esquerda, também propuseram à Assembleia da República a revisão dessa lei foi nesse sentido que falou nesta situação, porque a maioria das câmaras não está a aplicar a lei na sua totalidade, exactamente porque ela é injusta. Por isso é que o tal regulamento poderia permitir esclarecer e evitar algumas injustiças sociais que se estão a cometer com esta lei. Relativamente ao CCD, não compreende como é que uma direcção eleita, só passados dois meses é que reúne e a pedido das pessoas que querem saber das coisas porque não lhes dão conhecimento e depois vão dar conhecimento aos vereadores e é por isso que um conjunto de pessoas resolveram demitir-se.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES disse ter ficado surpreendido com a intervenção do Sr. Vereador Miguel Pinto Luz e não percebeu exactamente qual foi o objectivo da sua intervenção em relação à Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana e também não percebeu qual é o papel da Associação de Feirantes da Área Metropolitana de Lisboa. Admite que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana quando estudou a possibilidade de alargar o mercado fê-lo, seguramente, ponderando todas as vantagens e desvantagens para este alargamento de horário. Não ia agora questionar nem fazer juízo de valor sobre a questão do licenciamento e se há alguma coisa errada naturalmente que tem de ser corrigida, há que respeitar a lei, mas seguramente que este alargamento tem como objectivo dinamizar a actividade da freguesia e nesse sentido os Vereadores do Partido Socialista estão de acordo e isto vem chamar a atenção para um outro aspecto que é a necessidade que há em descentralizar de facto algumas competências da Câmara e têm vindo a falar sobre isso e espera que isso possa vir a ser feito. Mas não gostaria de entrar muito nestas discussões da Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, porque então depois tem de vir falar na Junta de Freguesia de Parede, e depois nas outras juntas e pensa que não é este o local próprio para essas discussões.

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ disse ter percebido a insinuação que o Sr. Vereador Alípio Magalhães fez, mas o Sr. Vereador pode acreditar que isso não vai limitar minimamente as suas intervenções sobre a Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana ou de qualquer outra junta. Por outro lado, esta é daquelas áreas onde não pode haver efectivamente descentralização para as juntas de freguesia. Admite que o Sr. Vereador desconheça e que esteja afastado destas realidades, até porque está há pouco tempo a viver mais de perto este mundo autárquico, mas há um plano anual de

feiras que é aprovado por este executivo, até para se ter uma visão geral das feiras de todo o concelho, porque os feirantes concorrem entre si e portanto tem de se assegurar algum equilíbrio em todo o território e por isso não podem ser as juntas de per si e de forma avulsa a decidir quando é que há feiras porque se não corre-se o risco de ter uma feira em duas freguesias próximas no mesmo dia e à mesma hora o que não faz sentido nenhum. Portanto é daquelas coisas que se dizem sem sentido, mas percebe que seja por falta de conhecimento, por falta de experiência nestas matérias, por não perceber como é que estas coisas funcionam, que o Sr. Vereador faça este tipo de sugestões. Da sua parte não disse se era para promoção económica, se era para melhor ou para pior. O que disse tem a ver com o ponto de vista formal das situações. A Câmara não foi informada de nada, soube através da publicidade da junta e é uma situação que já é recorrente por parte daquela junta que inclusive chega a licenciar publicidade, não neste aspecto em particular das feiras, mas publicidade em geral. Por exemplo em S. Domingos de Rana existem outdoors e a Câmara, através da Polícia Municipal, está a tentar moralizar esta situação. A junta é recorrente neste tipo de situações, pensa que está acima da lei, mas não está, em Cascais tem de cumprir a lei e como qualquer outro presidente de junta tem de cumprir.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES agradeceu a explicação do Sr. Vereador, mas não percebe é porque é que a Associação de Feirantes da Área Metropolitana de Lisboa tem de ter uma intervenção nesta matéria, mas vai estudar este tema e na próxima reunião de Câmara provavelmente trará as questões das juntas de freguesia do Concelho para se ver em conjunto as várias actuações.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA lembrou que as juntas de freguesia são órgãos autárquicos, tal como os municípios e são independentes destes e como tal também assim devem ser respeitados, o que não implica que não tenham de cumprir tudo o que é de lei, em relação àquilo que é supra freguesia. Isto é, seria o mesmo que a Câmara de Cascais começasse a estabelecer regras próprias no seu território ignorando a legislação nacional que regula para todo o país, a não ser que se queira proclamar a auto-determinação do Município de Cascais, mas não lhe parece que isso seja plausível, ou sequer que tenha acolhimento junto dos vários partidos políticos. O que gostaria era, ainda assim, sensibilizar -e porque aqui a questão já é de ordem política- para que se há matérias em que se está a ter a percepção que cada vez é mais importante estarem os vários órgãos alinhados no combate àquilo que são os efeitos da situação que o país vive do ponto de vista económico e social, é nesta ligação entre as várias autarquias e também naquilo que possa ser a ligação das autarquias com o Governo. Ou seja, os órgãos de governo democráticos estarem o mais sintonizados que possam estar, no sentido de minorar os efeitos dessa mesma

crise. No caso em concreto de S. Domingos de Rana, é uma freguesia que merece e que continuará a merecer toda a atenção desta Câmara e prova disso são todos os investimentos que lá estão a ser realizados, nomeadamente na área social e há todo o interesse em, na medida do possível, se estar o mais próximo da população de S. Domingos de Rana, sem descurar, naturalmente, as populações das outras freguesias que também atravessam problemas. Agora o que não é possível é ter permanentemente por parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia situações que inventa de confronto, que tenta fazer como foi agora o caso da PSP em que a Câmara está a assumir um papel que compete ao estado central, e nesse sentido gostaria até de saudar o Sr. Vereador João Sande e Castro pela forma como conseguiu resolver em tempo útil e de forma rápida e eficaz a situação do posto da PSP de S. Domingos de Rana porque de facto era impossível manter-se onde estava anteriormente, porque os proprietários desse espaço não queriam manter mais esse arrendamento e essa é que foi a questão de fundo que esteve na base disto tudo e a verdade é que o Sr. Vereador João Sande e Castro, de uma forma muito expedita e rápida, conseguiu resolver o assunto com umas instalações próximo das anteriores, quando a intenção da PSP era que essa Divisão de Trânsito ficasse instalada o mais próximo possível da auto-estrada, o que quer dizer que poderia ser em S. Domingos de Rana, como em Cascais ou Estoril, e o Sr. Vereador João Sande e Castro conseguiu arranjar umas instalações em S. Domingos e eles vão continuar naquela freguesia, não que isso resolva algum problema em concreto da segurança das pessoas naquela freguesia, porque se trata de uma componente administrativa a nível do Trânsito, mas obviamente que as pessoas sentem uma maior segurança por verem ali os carros de Polícia e a própria Polícia e nesse sentido o Sr. Vereador João Sande e Castro fez um esforço de modo a manter ali esse serviço o que é de saudar. Portanto a Câmara irá assumir as rendas dessas novas instalações, substituindo-se aqui mais uma vez ao Estado, mas considera que é obrigação do Município também não deixar cair estas situações. Sobre a habitação social a questão é simples: ou há critérios, ou não há e aqui a questão vai-se colocar muito para a frente na medida em que a situação social se vai agravar ainda mais e durante mais tempo, o que vai obrigar a que a Câmara seja ainda mais selectiva no tipo de apoios que vai dar, até para proteger os mais desfavorecidos. Inclusivamente já teve oportunidade de, em reuniões do executivo, pedir uma análise à situação social dos trabalhadores da Câmara Municipal de Cascais porque começam a ser conhecidas situações de grande dificuldade. Já para não falar de tudo aquilo que se sente no território concelhio -e que cada vez chegam em maior número- de pedidos de apoio, quer a nível individual, quer a nível de famílias, quer do ponto de vista das instituições. Portanto se a Câmara toma uma

posição pontual, porventura até simpática, então depois chega a um ponto que se perde o controlo à situação e os custos subirão em flecha e por isso importa ter uma ponderação muito grande sobre estas matérias. Por isso o estabelecimento de critérios é uma matéria fundamental porque no momento em que não houverem critérios e entrar-se numa situação de discricionariedade, ou para situações de malha mais aberta dos próprios critérios, o que se está a fazer na prática é ter que afectar recursos que porventura não estarão a ser tão justamente aplicados, do que a outros recursos que a Câmara está a ser chamada a ter de corresponder. Ou seja, se for criada uma situação em que as rendas da EMGHA tenham uma redução, esta não continuará a viver se a Câmara Municipal de Cascais não a apoiar mais e apoiando-a mais, esse dinheiro faltará a menos em outras situações do ponto de vista social e por isso aqui o que pedia era alguma ponderação na definição destas matérias. Quanto ao CCD do Pessoal do Município de Cascais, é uma matéria do clube e que deveria ser analisada no âmbito de uma assembleia-geral do clube e não será a Câmara a pronunciar-se e a tomar iniciativas sobre uma estrutura que é dos trabalhadores. Mesmo em relação a uma eventual auditoria, não lhe parece que possa ser a Câmara a tomar uma iniciativa dessa natureza, independentemente do dinheiro que a Câmara lhes concede porque quanto a isso o que a Câmara tem de fazer é exigir que eles prestem contas do destino e aplicação que deram a esse dinheiro, porque importa ter presente que é um clube como os outros clubes do concelho e como tal independente da Câmara. Por fim gostaria de dar à Câmara três informações sendo que uma não é simpática: como é sabido as agências de rating estão a rever em baixa as notações de rating em Portugal e a Câmara Municipal de Cascais tem vindo a ser arrastada por via dessa revisão em baixa que dão à República. De qualquer das formas, no dia 30 de Março passado a Standard & Poors colocou Cascais numa das situações mais negativas da sua tabela e gostaria de dizer o seguinte, até porque isso lhe parece importante, enquanto defesa dos interesses do Município: Assim, gostaria de relevar no relatório da Standard & Poors, como é geral nas outras duas agências de rating, de que o outlook negativo de Cascais reflecte a expectativa negativa do clima macroeconómico em Portugal e que poderá enfraquecer para além das expectativas da Standard & Poors. Portanto a agência coloca claramente que Cascais está a sofrer uma redução do seu rating, por via da redução do rating da República. Dizem eles no seu relatório que o principal constrangimento relativo ao rating de Cascais é o facto do Governo ter poder efectivo e legislativo sobre a maioria das receitas da autarquia. Aqui fazia um parêntese para dizer que já é mais questionável esta observação, porque não é bem assim, mas de qualquer das formas há alguma razoabilidade, mas muito pouca porque como se sabe, se isto fosse verdade, já há muito tempo que o Governo vem

fazendo alterações nas receitas municipais por via dos impostos municipais, mas mesmo assim as receitas inclusivamente nalguns casos têm vindo a subir. O terceiro ponto do relatório da Standard & Poors refere que o rating de Cascais é baseado na reduzida dívida do município, nos encargos reduzidos e impostos municipais, assim como no compromisso do governo local em conter de forma sólida e controlada a dívida municipal. Portanto aqui a agência reconhece o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em Cascais. Diz ainda que adicionalmente constituem também factores positivos a flexibilidade das despesas do município e indicadores económicos fortes, quando comparados com as médias nacionais. Pelo lado negativo, a Standard & Poors prevê uma contracção de 2% no PIB português em 2011, o que pode vir a reduzir o crescimento das receitas municipais, mas mesmo assim a Standard & Poors acredita que a base dos impostos em Cascais irá ajudar durante a recessão económica. Diz ainda que é esperado um aumento de rácios da dívida durante alguns anos devido ao investimento que o município está a fazer, mas permanecem em níveis considerados moderados. O rating de crédito para o Município de Cascais, pelo critério da Standard & Poors, é mais alto do que o rating da República. Acrescentam que com base na actual informação e nas expectativas, os rating de Portugal poderão vir novamente a ser reduzidos e neste caso o de Cascais seguirá o mesmo caminho. Portanto a conclusão que se pode retirar é que este relatório da Standard & Poors coloca Cascais à beira daquilo a que na gíria se costuma designar por "lixo". Portanto se eles conseguem avaliar com estas performances tão positivas que eles próprios afirmam, ou seja, Cascais está muito melhor, mas mesmo assim baixa a sua cotação para o nível perto do "lixo", pensa que é o descrédito completo das agências de notação de rating. Pessoalmente não tem qualquer expectativa de fazer uma "guerra" às agências de notação de rating, mais: é favorável a que nestas matérias e do ponto de vista financeiro, não se deve mudar de critérios ao longo do tempo e conforme eles nos são mais ou menos favoráveis. Portanto é sua intenção que Cascais se mantenha sob avaliação das agências de rating. Agora não deixa de ser anacrónico este relatório da Standar & Poors que basicamente diz que Cascais tem de baixar porque tem de acompanhar a notação de rating da República, mas Cascais até não está mal, até tem uma estrutura de impostos que não vai sofrer tanto quanto isso, tem a sua dívida controlada, mesmo com o projecto de investimentos que têm previstos continua tudo a ser moderado, etc.. Trouxe esta informação à Câmara também na salvaguarda de que alguém que leia apenas e só o título, fica com uma ideia distorcida da realidade face até àquilo que é dito depois no próprio relatório da agência. Outra notícia que gostaria de dar, e esta já é uma boa notícia, é de que por via de todo um conjunto de situações que têm vindo a ser desenvolvidas, Cascais foi a semana passada creditada pela EDP

em 650 mil Euro, e que se deve a despesas que haviam sido indevidamente debitadas à Câmara. Por último, informava a Câmara Municipal que hoje à tarde irá ter lugar uma conferência de imprensa, na Casa de Santa Maria, com a organização das regatas da América's Cup em que formalmente será anunciado que Cascais irá ser palco da primeira prova da América's Cup Series. Como se sabe, a próxima América's Cup terá um formato diferente das provas anteriores, sendo que desta vez irá haver um conjunto de 8 provas preliminares ao desafio final que terá lugar nos Estados Unidos, país vencedor da prova que decorreu em Valência e nesse sentido convidava os Senhores Vereadores a estarem presentes. Neste processo gostaria de relevar o seguinte: por um lado é, acima de tudo, o reconhecimento de termos aqui no nosso concelho um dos melhores campos de regatas do mundo, o que é um factor diferenciador muito positivo e que deve levar a que na estratégia municipal continue a ter a atenção que lhe tem vindo a ser dada. O segundo aspecto a relevar é que se trata também do reconhecimento destes organismos internacionais e desta prova de nível planetário da grande competência e da nossa capacidade enquanto portugueses de podermos organizar uma prova desta dimensão. Por fim gostava de deixar uma palavra de apreço -que mais tarde pensa materializá-la de outra forma- em relação a um cascalense que muito tem feito neste âmbito da vela que é o Dr. Patrick Monteiro de Barros que foi uma peça decisiva neste processo, assim como o Sr. Vereador Miguel Pinto Luz e o Presidente do Conselho de Administração da ETE Duarte Nobre Guedes que se deslocaram propositadamente a Londres para tratar deste assunto.

O Período de Antes de Ordem do Dia terminou às 10:25

- PONTOS PRÉVIOS:

a)- RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 21/03/2011, PONTO 4.2.1 (PROPOSTA 291) - "1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2011-2014 E 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO 2011".

O SR. VEREADOR NUNO PITEIRA LOPES apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. Colocada a votação, a proposta foi aprovada com 4 abstenções, sendo 3 dos Srs. Vereadores Alípio Magalhães, Alexandre Faria e Teresa Gago do PS e 1 do Sr. Vereador Pedro Mendonça da CDU.

**b)- EDIFER-CONSTRUÇÕES PIRES COELHO FERNANDES, S.A. AQUISIÇÃO DE
64**

FOGOS NO ÂMBITO DO PER.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

3. DESPACHOS:

3.1. DESPACHOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

4. DIRECÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL:

4.1. PARECER RELATIVO À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CONTABILIDADE DE CUSTOS NA CMC.

*apreciado por maioria com 2 votos
contra do Sr. Vereador António Paço e
Teresa Gago do PS.*

4.2. TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE CASCAIS - € 3.375,28 REFERENTES A DESPESAS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DO DIA 23-01-2011.

apreciado por unanimidade.

4.3. TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA REFERENTES À RENDA DAS INSTALAÇÕES DA PSP - € 10.954,30.

apreciado por unanimidade.

4.4. ARRENDAMENTO DA FRACÇÃO AUTÓNOMA (ARMAZÉM) SITA EM LISBOA, PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS, PELO PERÍODO DE 15 (QUINZE) ANOS E COM UMA RENDA MENSAL INICIAL DE € 1.150,00.

apreciado por unanimidade.

4.5. APOIO À SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO DE JANES E MALVEIRA NO VALOR DE € 5.000,00.

Aprovado por unanimidade.

4.6. APOIO À SOCIEDADE FAMILIAR E RECREATIVA DA MALVEIRA DA SERRA, EM PARTE DOS CUSTOS INCORRIDOS COM OS SEUS FESTEJOS CARNAVALESÇOS DE 2011, NO VALOR DE € 5.000,00.

Aprovado por unanimidade.

4.7. PROTOCOLO DE ESTACIONAMENTO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO TRIBUNAL CASCAIS.

Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador Pedro Fernandes da CDU.

4.8. PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO CASINO DO ESTORIL – TARIFAS 2011.

Aprovado por maioria, com 1 voto contra do Sr. Vereador Pedro Fernandes da CDU.

4.9. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA:

4.9.1. ATRIBUIÇÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO.

Aprovado por maioria, com 2 votos contra dos Srs. Vereadores António Paçolães e Teresa João da P.S.

4.10. PLANO E ORÇAMENTO:

4.10.1. 6ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2011 – 2014 E ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO 2011.

*Aprovado em 2 abstenções em Ses.
Vencedores Sílpio Regalhão e Teresa
Gago do RS.*

4.11. GESTÃO PATRIMONIAL:

4.11.1. ALIENAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 185,25 M2, SITUADA NA FIGUEIRA DO GUINCHO, FREGUESIA DE ALCABIDECHE A PEDRO MIGUEL TUDELA MARTINS, DESTINADA A CONSTRUÇÃO.

Aprovado por unanimidade.

4.11.2. ALIENAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 30 M2, SITUADA NO ZAMBUJEIRO, FREGUESIA DE ALCABIDECHE A EUSÉBIO GONÇALVES CHAPELAS, DESTINADA A CONSTRUÇÃO.

Aprovado por unanimidade.

4.11.3. ALIENAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 58 M2, SITUADA NO ZAMBUJAL, FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE RANA A ANA CRISTINA VIDA LARGA LOURENÇO, DESTINADA A CONSTRUÇÃO.

Aprovado por unanimidade.

4.11.4. REVOGAÇÃO DA PROPOSTA N.º 892/2010 (PONTO 4.3.10), APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 6 DE SETEMBRO DE 2010 - "CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 63 M2, SITO NO CABREIRO, EM ALCABIDECHE, COM A DIGAL - DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO, S.A., NO SUBSOLO, DE UM RESERVATÓRIO DE GPL (GASES DE PETRÓLEO LIQUEFEITOS).

Aprovado por unanimidade.

4.11.5. DOAÇÃO AO MUNICÍPIO DE CASCAIS DE UM LOTE DE TERRENO, DESIGNADO POR LOTE 10, PARA CONSTRUÇÃO, SITUADO NOS LIMITES DO LUGAR DE BIRRE, FREGUESIA DE CASCAIS, POR JOAQUIM ANTUNES DOS SANTOS, CONSTRUÇÕES, S.A. E OUTROS.

Aprovado com 1 abstenção do Sr. José da Silva Fernandes da CDU.

5. OBRAS MUNICIPAIS:

5.1. "REFORMULAÇÃO DA ESTRADA DAS NEVES" - OBRA N.º 4.11.09.10 - ADJUDICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - VALOR: € 1.575.722,27 C/IVA.

Aprovado por unanimidade.

5.2. "REPARAÇÃO DA REDE VIÁRIA - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE PEQUENOS ARRUAMENTOS" - OBRA N.º 4.11.11.03 - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO - VALOR BASE: € 1.029.010,90 C/IVA.

Aprovado por unanimidade.

5.3. ADENDAS AO ACORDO DE COLABORAÇÃO (ACORDO Nº 4 DE 2008) E AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA “ ARRANJOS EXTERIORES NA PRAIA DA AVENCAS”.

Aprovado por unanimidade.

6. JUVENTUDE E CONHECIMENTO:

6.1. PROGRAMA OCUPAÇÃO DE JOVENS – PROJECTO GERAÇÃO C – ANIMAÇÃO - PAGAMENTO A PARTICIPANTE - € 2.400,00.

Aprovado por unanimidade.

6.2. PROGRAMA MARÉ VIVA 2011 – EQUIPA DE COORDENAÇÃO – CARLOS EDUARDO BRAGA SOUSA SIMES - PARECER PRÉVIO PARA CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE TAREFA.

*Aprovado com 2 abstenções do Ses.
vereadores Alípio Paçolites e Teresa Lago do B.*

6.3. ALL PORTUGAL ASTEROID SEARCH CAMPAIGN - ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALVIDE – DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO.

Aprovado por unanimidade.

7. REQUALIFICAÇÃO URBANA:

7.1. RECTIFICAÇÃO ÀS DELIBERAÇÕES DE CÂMARA DATADAS DE 27/06/2001 – PONTO 13.2 E DE 08/11/2010 – PONTO 8.1, PROCESSO DE RECONVERSÃO DO LOTEAMENTO N.º 6056/97 EM NOME DE COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO BAIRRO COVA DA RAPOSA, EM SÃO DOMINGOS DE RANA.

Aproudo por unanimidade

7.2. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS E A AGÊNCIA MUNICIPAL CASCAIS NATURA – € 45.000,00.

Aproudo com 2 abstenções de Sr. Vereadores Alípio Magalhães e Teresa Jago do PS.

8. RECURSOS HUMANOS:

8.1. NOVOS HORÁRIOS DE TRABALHO DO DEPARTAMENTO DA CULTURA.

Aproudo com 1 abstenção do Sr. Vereador Pedro Penha da CDU.

9.COMUNICAÇÃO:

9.1. CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A ESUC – EMPRESA DE SERVIÇOS URBANOS DE CASCAIS, E.M. RELATIVO AOS TRABALHOS DE BENEFICIAÇÃO DE SALAS DO PISO 0 DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO - € 130.500,00.

Aproudo com 2 abstenções de Sr. Vereadores Alípio Magalhães e Teresa Jago do PS.

10. CULTURA

10.1. DOAÇÃO DE BIBLIOGRAFIA E ARTEFACTOS AO MUSEU DO MAR REI D. CARLOS.

Aprovado por unanimidade.

10.2. APOIO ANUAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ORQUESTRA DE CÂMARA CASCAIS E OEIRAS – 1ª TRANCHE - € 45.000,00.

Aprovado por unanimidade.

10.3. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE CASCAIS - € 2.500,00.

Aprovado por unanimidade.

11. DESPORTO:

11.1. ESCOLA DE ACTIVIDADES NÁUTICAS DE CASCAIS – APOIO À ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE CANOAGEM - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ADN – ACTIVIDADES DESPORTIVAS NÁUTICAS - € 700,00.

Aprovado por unanimidade.

11.2. ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2010/11 – APOIO ÀS ACTIVIDADES DESPORTIVAS REGULARES – PROTOCOLO COM A PROVÍNCIA PORTUGUESA DA SOCIEDADE SALESIANA / ESCOLA SALESIANA DE MANIQUE – ATRIBUIÇÃO DE APOIO - € 8.883,00.

Aprovado por unanimidade.

11.3. ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2010/11 – ACTIVIDADES DESPORTIVAS REGULARES – PROTOCOLOS COM ASSOCIAÇÕES/ FEDERAÇÕES – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO DE GINÁSTICA DE LISBOA - € 3.815,00.

Aprovado por unanimidade.

11.4. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ATIBÁ – € 600,00.

Aprovado por unanimidade.

11.5. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O DESPORTIVO MONTE REAL – FINANCIAMENTO DE €600,00.

Aprovado por unanimidade.

11.6. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O GRUPO RECREATIVO DE MATOS CHEIRINHOS – FINANCIAMENTO DE € 16.960,00.

Aprovado por unanimidade.

11.7. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O NÚCLEO DE ATLETISMO DA ZONA DA ABÓBODA – FINANCIAMENTO DE € 1.200,00.

Aproudo por unanimidade.

11.8. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O NÚCLEO DE ATLETISMO DE ALCABIDECHE – FINANCIAMENTO DE € 600,00.

Aproudo por unanimidade.

11.9. PROTOCOLO DE GESTÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO DE S. DOMINGOS DE RANA – REPARAÇÃO DA CALDEIRA E SUBSTITUIÇÃO DO DEPÓSITO DE AQUECIMENTO DE ÁGUA - TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE S.DOMINGOS DE RANA - € 5.796,82.

Aproudo por unanimidade.

11.10. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DAS FONTAINHAS DE CASCAIS – FINANCIAMENTO DE € 4.910,16.

Aproudo por unanimidade.

12. DESENVOLVIMENTO SÓCIO-TERRITORIAL:

NOTA: A Sr. Vereadora Sra. Clara Justino não esteve presente na sala no momento da discussão e voto deste ponto.

12.1. ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO BANCO DE INFORMAÇÃO DE PAIS PARA PAIS – (BIPP) PARA OBRAS DE ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO DESTINADO AO ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS DE CIDADÃOS COM DEFICIÊNCIA, DESIGNADO POR ESPAÇO BIPP CASCAIS. – € 10.332,00.

Aprovado por unanimidade.

12.2. ATRIBUIÇÃO APOIO AO GRID - CENTRO DE REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE DEFICIENTES PARA APOIO NOS ENCARGOS COM O PROJECTO DE ARQUITECTURA RELATIVO À CONSTRUÇÃO DE UM COMPLEXO SOCIAL EM ALVIDE - € 150.000,00.

Aprovado por unanimidade, não estando presente na sala, no momento da discussão e voto, a Sr. Vereadora Sra. Clara Justino

12.3. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS E DEFICIENTES DO PENEDO PARA APOIO NOS ENCARGOS COM AS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE DIA - € 4. 447,82.

Aprovado por unanimidade.

12.4. ATRIBUIÇÃO DE APOIO SEMESTRAL A VÁRIAS INSTITUIÇÕES NO ÂMBITO DOS PROTOCOLOS PARA A CRIAÇÃO OU DE QUALIFICAÇÃO CENTROS DE CONVÍVIO DE PESSOAS IDOSAS - € 101.218, 40.

Aprovado por unanimidade.

12.5. DISTRATE DO PROTOCOLO PARA A QUALIFICAÇÃO DA ACTIVIDADE DO CENTRO DE CONVÍVIO DE PESSOAS IDOSAS NO GRUPO DA INSTRUÇÃO MUSICAL E DESPORTIVO DA ABÓBODA

Aprovado por unanimidade.

12.6. ATRIBUIÇÃO DE 1 FOGO DE ARRENDAMENTO DO PARQUE HABITACIONAL DO CONCELHO A MARIA SÁBADO BORGES TAVARES.

Aprovado por unanimidade.

12.7. REVOGAÇÃO À PROPOSTA 1084/2009, PONTO 15.1.3, APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 27/07/2009, NO QUE DIZ RESPEITO À ATRIBUIÇÃO DO FOGO NO EMPREENDIMENTO DE POLIMA AO AGREGADO DE ALBERTO TEIXEIRA TAVARES.

Aprovado por unanimidade.

12.8. EMGHA – EMPRESA DE GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE CASCAIS, E.M.,S.A. PLANO DE ACTIVIDADES E INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL – EXERCÍCIO DE 2011.

*Aprovado em 3 abstenções, sendo 2
do Sr. Vereador Alípio Gonçalves e 1 do Sr. Vereador Pedro Mendes da Silva.*

13. RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

13.1. APOIO À FUNDAÇÃO EVANGELIZAÇÃO E CULTURAS – APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO “MATERNIDADE SEM RISCOS” – GUINÉ-BISSAU- € 10.000,00.

Aprovado por unanimidade

13.2. APOIO À ASSOCIAÇÃO APOIAR, PARA PROJECTO NA “ESCOLINHA DO ANDRÉ”, NA CIDADE DE XAI-XAI, EM MOÇAMBIQUE - € 11.500,00.

Aprovado por unanimidade

14.DIVERSOS:

14.1. CONCURSO PÚBLICO PARA A SUBCONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE BAR E ESPLANADA NO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DA PONTA DO SAL – C-927/2010 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 49/2011.

Aprovado por unanimidade.

14.2. RENOVAÇÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA DOS ELEMENTOS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO – CAF.

*Aprovado em 2 abateuses de Srs. Vereadores
Alípio Gonçalves e Teresa Sago do PS.*

14.3. NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE CASCAIS NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA LEMO.

Aprovado com 3 abstenções, sendo 2 dos Sr. Vereadores Alípio Vagelias e Teresa Lago do PS e 1 do Sr. Vereador Pedro Quintana de CDU.

15. INFORMAÇÕES:

15.1. COMUNICADOS DE IMPRENSA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15.2. PRÉMIO ZITA DUARTE 2011.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

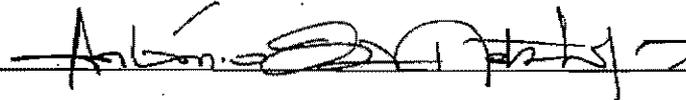
15.3. ANULAÇÃO DE DOAÇÃO DE EMBARCAÇÃO AO MUSEU DO MAR REI D. CARLOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15.4. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS – NOVAS FORMAS DE TRABALHAR NA DFOM.

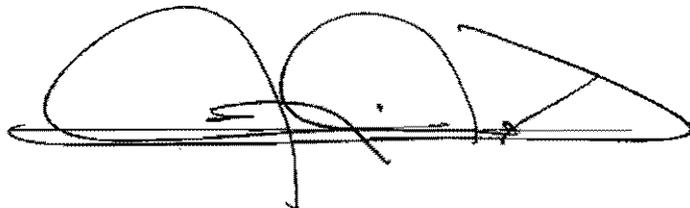
A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Às 12 horas e 01 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião.

Eu,  a subscrevi.

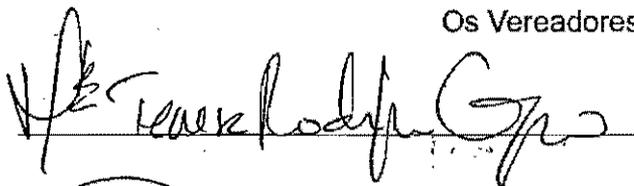
O Presidente

CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS



Os Vereadores

MARIA TERESA PERES D. RODRIGUES GAGO



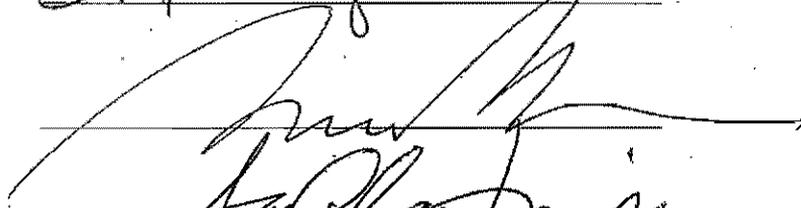
MARIANA RIBEIRO DOS S.R.F. COSTA CABRAL



ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES



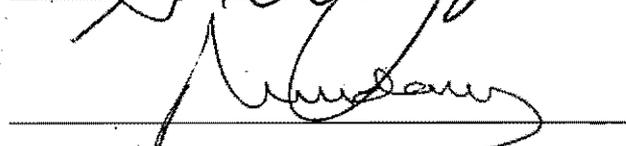
MIGUEL PINTO LUZ



ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO



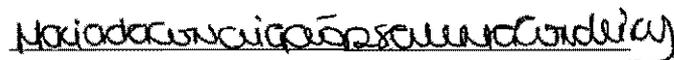
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA



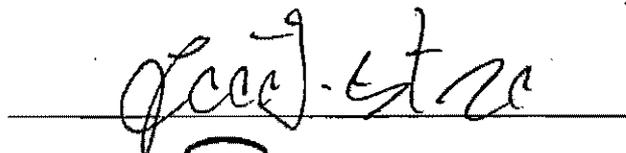
ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA



MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO



JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO



NUNO FRANCISCO PITEIRA LOPES

